

**20/5/1985**

### **O que os cortadores de cana estão reivindicando**

O que determinou a mobilização de bóias-frias em greve — pela primeira vez no País —, em maio do ano passado, na região de Ribeirão Preto, começando por Guariba. (quando também se protestou contra a Sabesp), foi o protesto contra a implantação do sistema de sete ruas no corte da cana. Os trabalhadores conseguiram a volta às cinco ruas. Esse ano, eles querem alteração no controle de sua produção — que seja estabelecida por metro.

"Este é um ponto de honra, assim como foi a questão das cinco ruas", explica Hélio Neves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara e diretor da Fetaesp. Os usineiros, pela Faesp, respondem que é inviável a mudança, argumentando que a tonelada é a unidade-padrão, pela qual o IAA controla a produção e comercialização de cana, açúcar e álcool, "e tem que ser também o método de se aferir o trabalho do cortador de cana".

Para se entender esse ponto nevrálgico das negociações entre empregados e patrões: o trabalhador vai para o canavial com a incumbência de trabalhar numa área estabelecida entre cinco ruas, ou seja, na largura entre cinco linhas de cana, distantes 1,20 metro uma da outra. Recebe, assim, a incumbência de cortar um talhão de cana, cujo comprimento ele vislumbra por metro. A usina ou o fornecedor de cana estabelece quanto ele produziu por peso, em tonelada.

Quando as usinas quiseram, no ano passado, estabelecer o corte em sete ruas, reconheceram que o bóia-fria teria um desgaste físico maior — e, conseqüentemente, uma produção menor —, tanto que anunciaram, com o novo sistema, um reajuste de 23% por tonelada cortada em relação ao corte em cinco ruas. Com a greve de Guariba, que depois se espalhou para Sertãozinho, Pontal, Monte Alto e outras cidades, emendando-se com a greve de bóias-frias apanhadores de laranja em Bebedouro e Barretos, os bóias-frias conquistaram também outros direitos.

### **Direitos**

Se o registro em carteira era respeitado por algumas usinas, tornou-se norma em todas elas e também para os fornecedores de cana. O contrato de trabalho passou a estabelecer pagamento de férias e 13º proporcionais, indenização no final da safra, descanso semanal remunerado e pagamento nos dias da chuva, quando não há corte de cana. Esses direitos têm hoje os bóias-frias da cana e da laranja, mas ainda não foram conseguidos pelos de outras lavouras.

Além dos mesmos benefícios do ano passado, incluindo a cessão de roupas e instrumentos de trabalho, a comissão de negociações da Fetaesp pretende, para este ano, outras conquistas, como o contrato anual de trabalho (e não apenas durante a safra), melhores níveis de remuneração e o controle de produção por metro. Tudo deveria estar estabelecido antes do início da safra — 1º de maio na região de Ribeirão Preto —, mas ainda não se chegou a um acordo nas negociações que se iniciaram dia 15 de fevereiro.

A Fetaesp, tendo em vista diferentes condições dos canaviais, apresentou uma tabela, sugerindo remuneração de mão-de-obra variando de 600 a 1.600 cruzeiros por metro de cana cortada. Agora, baixou a pretensão para 450 a 1.200 cruzeiros — 25% menos —, sobre cana deitada, ou em pé, cana de 18 meses ou de segundo, terceiro, quarto ou quinto corte, porque uma é mais fácil ou mais difícil de ser trabalhada ou pesa mais ou menos do que a outra.

Para o bóia-fria que não trabalha no regime de empreitada em corte de cana, mas se dedica à capina ou a outro tipo de atividade dentro do canavial, a Fetaesp pediu uma diária de Cr\$ 50 mil, reduzindo, por último, sua pretensão para Cr\$ 35 mil.

### **Pedido irreal**

A Faesp fez a oferta final de Cr\$ 16.825 de diária — podendo chegar hoje a 18 mil, mas apenas nas maiores empresas — e está oferecendo Cr\$ 5.200 (fora os encargos sociais) por tonelada cortada da cana de 18 meses e Cr\$ 4.960 nas outras canas. Em resumo e grosso modo, feita a conversão tonelada por metro, a Faesp propõe metade do que a Fetaesp está reivindicando.

"E que a Fetaesp está fazendo um pedido irreal", reage o usineiro Menezis Balbo, membro da comissão de negociações da Faesp, explicando que "oferecemos — e desde o dia 1º de maio cumprimos essa tabela — correção integral do INPC, mais 7%. Esse reajuste — sobre maio do ano passado — não foi conseguido por nenhuma outra categoria de trabalhadores no País".

Hélio Neves, da Fetaesp, rebate o argumento: "Aplicar-se o INPC sobre miséria, continua dando miséria como resultado". Irreal — acrescenta — "é a política de salário para o bóia-fria. Por que o trabalhador rural não pode ganhar o mínimo de Cr\$ 1,5 milhão por mês?".

Os usineiros informam que, com os primeiros quinze dias de safra deste ano, os cortadores em talhões de 18 meses estão conseguindo média de produção diária de seis toneladas. A Cr\$ 5.200 por tonelada, representa remuneração de Cr\$ 936 mil por mês. "E estamos ainda no início da safra, com os níveis de produção não alcançando o ritmo mais intenso", afirma Menezis Balbo.

### **Bom cortador**

Há cortadores, segundo os usineiros, que chegam a conseguir 15 e até 20 toneladas por dia. Hélio Neves responde que, de acordo com o Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura, a média diária de produção do bóia-fria é de quatro a 4,5 toneladas. Lembrando os seus tempos de cortador de cana, Neves diz que "eu era o melhor da minha turma e conseguia 12 toneladas por dia, que é mais do que a carga de um caminhão".

Outro bom cortador era José de Fátima, presidente do — ainda não reconhecido oficialmente — Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba: conseguia também 12 toneladas por dia. Hoje, isso representaria salário de Cr\$ 2.016 mil, nas bases que a Faesp está propondo, ou cerca de Cr\$ 4 milhões, de acordo com o último pedido da Fetaesp, feita a conversão tonelada/metro.

Na prática, essa conversão já existe. Ao final do dia, o bóia-fria recebe o comprovante de produção por metro, embora sua remuneração seja fixada em tonelada. Ele não quer que continue assim, pretendendo que, no final da quinzena, ao receber o pagamento, o dinheiro corresponda ao que está registrado no seu caderno de anotação diária de produção. Ou seja, tudo controlado por metro.

A dificuldade está no peso diferente, conforme a da cana, dizem os usineiros. Citam, por exemplo, que um fornecedor de cana não pode pagar por metro se é remunerado por tonelada. "Pode levar vantagem ou desvantagem num critério ilógico e incoerente", afirmam. Dirigentes da Fetaesp lembram que, há cinco anos, o sistema de controle era por metro, só depois se recorrendo à tonelada, coincidindo com a época em que a cana passou a ser remunerada pelo teor de sacarose.

Os usineiros observam que “a questão é mais política do que técnica”, lembrando que assim também foi com respeito à discussão entre corte em sete ou cinco ruas. Dirigentes da Fetaesp, sem concordar com a conotação política, aceitam a comparação: “Assim como tiveram de ceder para as cinco ruas, vão ter de acabar aceitando o metro como critério de remuneração”. É o assunto principal da reunião de hoje, na DRT, com o ministro Almir Pazzianotto.

C.A.N.

***(Página 10)***